

# O Congresso e o Orçamento

**G**ASTAR importa sempre em dispor; e o limite de um será fatalmente o limite do outro. Por isto, qualquer técnica orçamentária exige que se coloque em confronto o gasto e a disponibilidade previstos, a despesa e a receita. Só quem cria do nada poderia gastar além das próprias disponibilidades; o que é o mesmo que dizer ninguém. A natureza não admite a criação: nada se perde, nada se cria.

**A** MANEIRA de um princípio fundamental, essa evidência óbvia precisa estar na mente de todos, no Congresso Nacional, quando este se prepara para examinar e votar o Orçamento Geral da União para 1989. A União tem competência para emitir moeda; mas não onipotência para criar riquezas e recursos. E a moeda sem a riqueza correspondente é ficção e falsidade. De curso forçado, mas sempre ficção e falsidade.

**Q**UANDO Luís XVI convocou os Estados Gerais, em 1789, o propósito principal era encontrar com estes uma solução para o que se chamaria hoje de déficit público: a crise do Tesouro francês, com as despesas sempre crescentes da Coroa. Não atinaram os Estados Gerais com a gravidade do problema, ou não tiveram a coragem de enfrentá-lo: fez-se a Revolução, liquidou-se com o Rei e a Monarquia — e o problema continuou, frustrando as mais nobres aspirações da nova sociedade e do novo Estado.

**A** LEMBRANÇA tem cabimento, quando o Presidente José Sarney divide com o Congresso

Nacional a responsabilidade de reduzir doravante, e constantemente, o déficit público; e quando o Congresso tem todas as condições jurídicas e políticas de assumi-la, terminada a votação da Constituição e às vésperas de se ver instituído um novo Estado brasileiro. A partir da próxima terça-feira, quando começa a reunir-se a Comissão Mista do Orçamento, o Congresso nos dirá para onde vai o País: se de volta aos desmandos, falácias e escapismos do passado, agravando-os; ou se rumo à disciplina e transparência administrativas. O Legislativo nos mostrará o uso que vai fazer dos poderes que a nova Constituição lhe deu.

**O** CONGRESSO fará seu próprio exame do problema do déficit público, como declarou o relator da Comissão, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Tanto melhor, quanto mais é necessário que o Orçamento seja visto como lei que é, a ser acatada por todos. Autonomia alguma, porém, pode abrir exceção num princípio de valor absoluto e universal: só se gasta o que se tem.

**O**RA, um dos itens do novo Orçamento é a limitação das despesas com pessoal ao máximo de 65% da receita líquida da União; o qual, se aprovado no Congresso, significará que o Governo ficará impedido de conceder qualquer reajuste, abono ou recomposição salarial a seus servidores, sempre que a despesa correspondente transpuser aquele percentual da receita. E não ficará mais o Executivo exposto, solitariamente, ao desgaste político que sofreu este ano, quando

determinou o congelamento da URP, nos meses de abril e maio, para o funcionalismo da União.

**MAIS** ainda: o Congresso não poderá fugir a uma definição sobre o que deverá prevalecer, na iminência de um novo "estouro" do Tesouro Nacional — se a nova Lei de Meios, por ele examinada, discutida e aprovada, ou se a URP, criada com o instrumento do decreto-lei, que a Constituinte aboliu faz pouco.

**A** DISCUSSÃO e a votação do Orçamento fornecerão ao Congresso Nacional oportunidade única de firmar-se perante uma opinião pública desencantada dos políticos e dos partidos. Firmar-se como responsável, não aceitando o que implique derrogação ao equilíbrio que se deve buscar entre receita e despesa. Firmar-se como instituição, resguardando tudo de que o País precisa para se recuperar da desordem econômico-administrativa. Firmar-se como poder transparente, apontando, nos recursos disponíveis, o indispensável às despesas que aprovar; e não fugindo à tarefa, num primeiro momento ingrata, de sancionar os cortes onde é preciso efetivamente cortar.

**PORQUE**, se algum reparo se deve fazer às limitações previstas para 1989, é que elas ainda são tímidas: um País que quer investir para se desenvolver não pode se satisfazer com a estreita margem dos 35% do orçamento. Precisa de bem mais, até para poder remunerar convenientemente seus servidores e estimular, entre eles, os que realmente produzem.